interapia

V. 3 N. 2 (2025) · ARTIGO ORIGINAL · ISSN 3085-9085

ARTIGO ORIGINAL PSICOLOGIA ANALÍTICA

Imaginação ativa e a sombra pessoal: acesso ao inconsciente, integração e condições de enquadre

Active imagination and the personal shadow: access to the unconscious, integration and conditions of the clinical frame

Andrey Antunes

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

A sombra pessoal, tal como formulada por Carl Gustav Jung, designa o conjunto de traços, afetos e potencialidades que o ego exclui da autoimagem ao longo de sua constituição, e cuja permanência fora da consciência produz projeção, irrupção afetiva e empobrecimento da personalidade. Este artigo examina a imaginação ativa como método de confronto com essa instância e discute a hipótese de que um ponto de entrada previamente delimitado possa tornar o procedimento mais acessível sem descaracterizá-lo. O percurso é teórico-conceitual e se organiza em três movimentos: delimita-se a sombra pessoal e sua distinção frente à sombra coletiva; reconstitui-se a arquitetura da imaginação ativa em suas fases, separando-a de procedimentos vizinhos com os quais é correntemente confundida — devaneio, visualização guiada e fantasia passiva; e formula-se a proposta de um roteiro estruturado de acesso, aqui designado Protocolo LS, cujo estatuto é o de hipótese de trabalho e não o de instrumento validado. Sustenta-se que o ganho de acessibilidade só é legítimo quando acompanhado da explicitação das condições de indicação, das contraindicações reconhecidas desde Jung e da exigência de enquadre analítico conduzido por profissional habilitado.

Palavras-chave: psicologia analítica; sombra pessoal; imaginação ativa; individuação; enquadre clínico.

ABSTRACT

The personal shadow, as formulated by Carl Gustav Jung, designates the set of traits, affects and potentialities that the ego excludes from its self-image during its constitution, and whose permanence outside consciousness produces projection, affective irruption and impoverishment of the personality. This article examines active imagination as a method of confrontation with this instance and discusses the hypothesis that a previously delimited entry point might render the procedure more accessible without distorting it. The approach is theoretical-conceptual and unfolds in three movements: the personal shadow is delimited and distinguished from the collective shadow; the architecture of active imagination is reconstituted in its phases, separating it from neighbouring procedures with which it is commonly confused — reverie, guided visualisation and passive fantasy; and a structured access protocol is proposed, here designated the LS Protocol, whose status is that of a working hypothesis rather than a validated instrument. It is argued that gains in accessibility are legitimate only when accompanied by explicit statements of indication, of the contraindications recognised since Jung, and of the requirement of an analytic frame conducted by a qualified professional.

Keywords: analytical psychology; personal shadow; active imagination; individuation; clinical frame.

1 Introdução

Entre os conceitos que a psicologia analítica legou ao vocabulário corrente, poucos sofreram desgaste tão acentuado quanto o de sombra. A expressão circula hoje em registros que pouco devem a Jung — manuais de desenvolvimento pessoal, discursos de autoajuda, programas de

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

treinamento emocional — e nessa circulação perdeu boa parte de sua precisão. O mesmo se deu com a imaginação ativa, frequentemente apresentada como exercício de visualização ou como variante de prática meditativa, quando se trata de um método com arquitetura própria, exigências definidas e um alcance que Jung jamais considerou universal.

Esse desgaste não é apenas terminológico. Ele tem consequência prática, porque desloca para fora do enquadre analítico um procedimento que foi concebido dentro dele. A imaginação ativa não é uma técnica de relaxamento nem um instrumento de produtividade psíquica: é um confronto deliberado com conteúdos que o ego excluiu, conduzido num espaço delimitado e com a possibilidade de amparo quando a intensidade do material excede a capacidade de elaboração do momento. Dissolver essas condições em nome da acessibilidade é trocar um ganho aparente por um risco real.

O presente artigo parte de uma tensão que considera legítima. De um lado, a constatação de que a abertura radical do método clássico — que pede ao sujeito que esvazie a consciência e aguarde o que emerge — pode intimidar justamente quem mais se beneficiaria do diálogo com o inconsciente, por não oferecer ponto de apoio algum ao ego que se aproxima. De outro, a necessidade de que qualquer tentativa de reduzir esse limiar preserve o que distingue a imaginação ativa de seus sucedâneos: a autonomia reconhecida às figuras internas e a exigência de posicionamento moral diante delas.

A hipótese aqui examinada é a de que um ponto de entrada previamente delimitado — isto é, o ingresso no procedimento a partir de uma figura de sombra já identificada em trabalho prévio, em vez da espera por emergência espontânea — possa reduzir a resistência inicial sem suprimir a tensão psíquica de que o método depende. Essa hipótese é formulada como tal, e não como achado. O artigo a desenvolve em sua consistência teórica, nomeia as condições que tornariam sua verificação possível e explicita as salvaguardas sem as quais sua aplicação seria indevida.

Cabe uma delimitação de campo. O vocabulário mobilizado é o da psicologia analítica, não o da psicanálise freudiana, e a distinção não é de nomenclatura. Sombra, individuação, inconsciente coletivo e função transcendente pertencem a um edifício conceitual próprio, com uma teoria do inconsciente que não se reduz ao recalcado e uma finalidade terapêutica que não se esgota na suspensão do sintoma. Onde os dois vocabulários se tocam — na noção de repressão, por exemplo — a sobreposição é parcial e convém não tratá-la como identidade.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, orientada à delimitação de um conceito e à formulação de uma proposta metodológica. Não houve produção de dados empíricos, aplicação de instrumentos, coleta de relatos ou qualquer forma de intervenção sobre participantes humanos.

O corpus primário reúne os textos em que Jung formula a sombra e descreve a imaginação ativa: *O eu e o inconsciente*, *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, *A natureza da psique*, *A prática da psicoterapia*, *Mysterium coniunctionis* e o relato autobiográfico de *Memórias, sonhos, reflexões*, em que o método é apresentado em sua origem experiencial. O corpus secundário compreende a literatura junguiana pós-freudiana que tratou especificamente do procedimento — a compilação organizada por Chodorow, a sistematização de Johnson, os trabalhos de von Franz sobre a figura da sombra, as exposições de Stein sobre individuação e método, e a coletânea organizada por Zweig e Abrams.

O critério de inclusão foi duplo: tratamento direto e sistemático de um dos dois conceitos em exame, e procedência de obra de referência da tradição analítica ou de editora de catálogo reconhecido. O critério de exclusão descartou literatura de divulgação e de desenvolvimento pessoal que emprega o vocabulário junguiano sem filiação teórica demonstrável, bem como obras que, embora citadas em versões anteriores deste trabalho, não sustentam nenhuma das proposições efetivamente defendidas.

O procedimento analítico obedeceu a três etapas: reconstituição conceitual da sombra pessoal em seus próprios termos e em contraste com a sombra coletiva; reconstituição da arquitetura da imaginação ativa e sua delimitação frente a procedimentos vizinhos; e formulação da proposta de roteiro estruturado, acompanhada do exame de suas condições de legitimidade.

3 A sombra pessoal

3.1 Constituição e extensão

A sombra pessoal não é um depósito de defeitos nem um sinônimo psicológico para o mal. É o resultado necessário de um processo de adaptação: ao identificar-se com os traços que o ambiente familiar, escolar e cultural encoraja, o

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

sujeito em formação simultaneamente exclui da autoimagem aqueles que esse mesmo ambiente desencoraja. Ego e sombra constituem-se, portanto, aos pares, a partir da mesma experiência de vida (Zweig; Abrams, 2022). O que vai para a sombra não é o que é objetivamente reprovável, mas o que foi incompatível com a imagem que precisou ser sustentada.

Dessa constituição decorre uma consequência frequentemente ignorada: a sombra contém tanto o que foi recusado por ser hostil quanto o que foi recusado por ser inconveniente. Agressividade, inveja e egoísmo habitam-na, mas também a espontaneidade sufocada, a capacidade criativa que não encontrou espaço, a assertividade que a adaptação exigiu suprimir. Jung designa esse segundo estrato como o ouro contido na sombra, e a expressão não é ornamental: indica que o empobrecimento produzido pela exclusão é tão real quanto o perigo produzido pela irrupção (Jung, 2011a; Nante, 2023). Uma personalidade que logrou excluir integralmente sua sombra não é uma personalidade virtuosa, mas uma personalidade pálida, unilateral e desenraizada de sua base instintiva.

3.2 Distinção frente à sombra coletiva

A sombra pessoal deve ser rigorosamente distinguida da sombra coletiva, e a confusão entre ambas produz erros de leitura com consequências clínicas. A sombra pessoal é biográfica: compõe-se de conteúdos que este sujeito, nesta história, excluiu. É acessível à anamnese, reconhecível nas projeções cotidianas e, em princípio, integrável pelo trabalho analítico individual.

A sombra coletiva pertence a outro registro. Situa-se no plano arquetípico, não deriva da biografia e manifesta-se nas formações culturais em que a destrutividade humana se organiza coletivamente (Jung, 2011b). Seu confronto não se resolve por integração individual, e tratá-la como se fosse matéria de trabalho pessoal produz dois equívocos simétricos: a inflação, em que o sujeito se atribui proporções arquetípicas, e a diluição, em que responsabilidades concretas se dissolvem em categorias impessoais. A proposta desenvolvida neste artigo dirige-se exclusivamente à sombra pessoal, e essa restrição é constitutiva, não acidental.

3.3 Autonomia e projeção

A sombra não aguarda passivamente ser descoberta. Dispõe de carga afetiva própria e manifesta-se de modo autônomo quando não reconhecida, sobretudo pela projeção — mecanismo pelo qual os traços recusados são percebidos como pertencentes a outrem. A desproporção do afeto é o indicador diagnóstico: a hostilidade que excede largamente o que a situação justifica assinala, com frequência, que algo próprio está sendo combatido no outro (Von Franz, 2002).

Dessa autonomia decorre a dificuldade central do trabalho de integração. A sombra resiste, e resiste por duas vias convergentes. O ego, identificado com a persona, teme a perda de controle e o dano à autoimagem que o reconhecimento implicaria. E a própria figura excluída, por ter sido rejeitada longamente, apresenta-se hostil e desconfiada diante da consciência que a exilou (Stein, 2006). É no impasse entre esses dois movimentos que a imaginação ativa encontra sua indicação precisa.

4 A imaginação ativa

4.1 Delimitação conceitual

A imaginação ativa é o método pelo qual o sujeito estabelece diálogo deliberado com as figuras autônomas do inconsciente, reconhecendo-lhes consistência própria e posicionando-se eticamente diante do que elas enunciam. Jung o desenvolveu a partir de sua própria experiência no período que originaria o *Liber Novus*, e só posteriormente o formalizou como procedimento transmissível (Jung, 2013b; Chodorow, 1997).

A delimitação importa porque o método é correntemente confundido com procedimentos que compartilham sua superfície imagética e diferem dele no essencial. Três distinções são decisivas. O devaneio é produção imagética espontânea em que o ego permanece espectador e nenhuma interlocução se estabelece. A visualização guiada opera no sentido inverso: as imagens são fornecidas de fora, por um roteiro ou por um condutor, e o inconsciente não as origina. A fantasia passiva, finalmente, pode trazer material genuinamente inconsciente, mas sem que o ego o confronte — razão pela qual, como adverte von Franz, a imagem apenas observada dissipa-se sem efeito duradouro (Zweig; Abrams, 2022).

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

PROCEDIMENTO	ORIGEM DAS IMAGENS	POSIÇÃO DO EGO	EXIGÊNCIA ÉTICA
Devaneio	Inconsciente, sem direção	Espectador; sem interlocução	Ausente
Visualização guiada	Externa: roteiro ou condutor	Receptor de conteúdo fornecido	Ausente
Fantasia passiva	Inconsciente	Observa sem confrontar	Ausente; a imagem se dissipa
Imaginação ativa	Inconsciente, acolhido sem indução	Interlocutor que sustenta posição	Constitutiva do método

Tabela 1 — Delimitação da imaginação ativa frente a procedimentos imagéticos vizinhos. A exigência ética — posicionar-se diante da figura sem identificar-se com ela nem rejeitá-la — é o critério que singulariza o método.

4.2 Arquitetura do procedimento

A imaginação ativa desdobra-se em quatro fases que, embora variem na expressão individual, mantêm ordenação estável (Stein, 2023; Johnson, 1986).

A primeira é a suspensão do fluxo dirigido de pensamento. O sujeito desliga deliberadamente a atenção da percepção do mundo externo e relaxa o controle do ego que julga, ordena e antecipa. Não se trata de esvaziamento místico, mas da criação de condições para que algo não previsto possa emergir (Jung, 2011a).

A segunda é o acolhimento da imagem. A partir desse estado, uma figura, uma voz ou uma sensação toma forma. A tarefa do ego é dupla e exige equilíbrio: atender à imagem sem dominá-la e sem interpretá-la prematuramente, pois a interpretação antecipada a reduz a ilustração de um saber já constituído.

A terceira é a expressão em forma tangível — escrita, desenho, modelagem, movimento. Essa materialização não é acessório estético. Ao converter a experiência interna em objeto externo, o ego constitui um ponto de referência estável com o qual pode efetivamente relacionar-se, impedindo que o ocorrido se dissolva na memória difusa da fantasia (Chodorow, 1997).

A quarta é o confronto moral, e é ela que distingue o método de qualquer prática contemplativa. A figura deve ser tratada como personalidade autônoma: interrogada quanto a suas demandas, escutada em suas razões, e respondida. O sujeito deve sustentar uma posição — sem identificar-se com a figura, o que equivaleria a ser por ela possuído, e sem rejeitá-la, o que restauraria a exclusão de origem. A integração ocorre quando o sujeito assume responsabilidade pelo que foi revelado e examina como aquela energia pode inscrever-se construtivamente na vida desperta (Stein, 2023).

4.3 Indicação, contraindicação e enquadre

Jung foi explícito quanto ao fato de a imaginação ativa não ser indicada indistintamente, e essa advertência é parte do método, não uma reserva acessória. O procedimento mobiliza deliberadamente conteúdos autônomos e supõe que o ego disponha de solidez suficiente para sustentar o confronto sem ser submergido. Onde essa condição não se verifica, o mesmo movimento que produziria integração produz invasão.

Daí decorrem contraindicações reconhecidas na literatura analítica: quadros em que a fronteira entre realidade psíquica e realidade compartilhada esteja fragilizada, estados agudos de desorganização, situações de crise em que a capacidade de elaboração esteja temporariamente suspensa. Em tais casos, o método é contraindicado, e a avaliação dessa condição não é tarefa do próprio sujeito — é ato clínico, que supõe formação e habilitação (Stein, 2020).

Disso resulta o ponto de maior consequência prática deste artigo. A imaginação ativa não constitui procedimento de autoajuda aplicável sem acompanhamento. A indicação pressupõe avaliação prévia por profissional habilitado; a condução pressupõe enquadre, isto é, continência, regularidade e disponibilidade de amparo quando o material excede o que o momento comporta; e a eventual investigação do método em contexto de pesquisa pressupõe, além disso, consentimento documentado e apreciação ética formal. Nenhuma dessas exigências é dispensada pelo fato de o roteiro ser estruturado — ao contrário, a estruturação torna o procedimento mais facilmente reproduzível e, por isso mesmo, torna a explicitação das salvaguardas mais necessária, não menos.

5 Um ponto de entrada estruturado

5.1 Fundamento da proposta

A dificuldade de acesso ao método clássico tem causa identificável. A primeira fase pede ao sujeito que suspenda o controle e aguarde sem saber o que virá, e essa inde-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

terminação pode intensificar precisamente a ansiedade que mobiliza a resistência do ego. Para quem não dispõe de familiaridade com estados de atenção interiorizada, o limiar inicial é alto.

A proposta aqui formulada — designada Protocolo LS, de Luz e Sombra — consiste em deslocar o trabalho de identificação da figura para um momento anterior à sessão imaginativa. Em vez de aguardar emergência espontânea, o sujeito ingressa no procedimento já orientado para uma figura de sombra previamente reconhecida no trabalho analítico. O que se oferece é um ponto de apoio ao ego que se aproxima, não uma abreviação do confronto.

A objeção previsível é que a delimitação prévia suprimiria a espontaneidade de que o método depende, reduzindo-o a visualização dirigida. A objeção merece resposta, e a resposta é conceitual. O que se delimita previamente é o endereço do encontro, não o conteúdo do que será dito. A figura permanece autônoma: pode recusar o diálogo, apresentar-se de forma inesperada, enunciar demandas que contrariam a expectativa. A tensão psíquica de que Jung faz condição do método não é suprimida pela orientação prévia — é, plausivelmente, antecipada, uma vez que o sujeito ingressa sabendo com que ordem de material se defrontará.

5.2 Organização do roteiro

O roteiro organiza-se em cinco momentos. A preparação estabelece condições externas de silêncio e continência e dispõe o sujeito para o trabalho. A ativação conduz a atenção da percepção externa para o registro imagético, por meio de uma sequência gradual que não prescreve conteúdos. A constituição do espaço corresponde à delimitação do que a tradição designa *temenos* — o recinto protegido em que o encontro pode dar-se de forma contida. O encontro e o diálogo constituem o momento propriamente dito do confronto, com escuta das razões da figura e sustentação de posição diante delas. O retorno restitui a orientação para a realidade compartilhada e encaminha o registro da experiência em forma tangível.

Dois pontos exigem reserva explícita. O primeiro diz respeito à introdução de figuras de amparo na fase de constituição do espaço: tais figuras, quando mobilizadas, devem provir do repertório simbólico do próprio sujeito e não ser sugeridas pelo condutor, sob pena de converter a imaginação ativa em visualização guiada e de impor conteúdo confessional a quem não o partilha. O segundo diz respeito a qualquer sistema prévio de classificação de figuras de sombra: um inventário dessa ordem pode auxiliar a nomeação, mas não substitui a identificação clínica, nem possui estatuto diagnóstico, nem deriva por dedução de teorias motivacionais gerais com as quais eventualmente dialogue (Maslow, 1970).

5.3 Estatuto da proposta

O Protocolo LS é apresentado como hipótese de trabalho. Não se afirma, neste artigo, que ele seja eficaz, nem que sua acessibilidade esteja demonstrada, nem que possa ser empregado fora de enquadre analítico. O que se sustenta é que a proposta é teoricamente consistente com os princípios do método e que sua verificação é possível.

Essa verificação exige desenho que o presente trabalho não realiza: amostra de dimensão adequada, inclusão deliberada de sujeitos sem experiência prévia em práticas de atenção interiorizada — já que é precisamente para eles que o ganho de acessibilidade é postulado —, grupo de comparação submetido ao procedimento clássico, instrumentos aplicados antes e depois da intervenção, condução por profissionais habilitados, consentimento documentado e aprovação por comitê de ética em pesquisa. Relatos de transformação colhidos de um ou dois sujeitos, por mais vívidos que sejam, não permitem distinguir o efeito do roteiro do efeito da expectativa, da relação estabelecida ou da familiaridade prévia do próprio sujeito com estados de atenção interiorizada.

Essa prudência não enfraquece a proposta; delimita o que ela pode legitimamente reivindicar no estado atual de sua formulação.

6 Considerações finais

Três conclusões decorrem do percurso.

A primeira é conceitual. A imaginação ativa distingue-se de devaneio, visualização guiada e fantasia passiva por um critério único e não negociável: a exigência de que o ego sustente posição ética diante de uma figura reconhecida como autônoma. Procedimentos que preservem a superfície imagética e dispensem essa exigência podem ter valor próprio, mas não são imaginação ativa, e designá-los assim obscurece tanto o que oferecem quanto o que não oferecem.

A segunda é metodológica. A hipótese de que um ponto de entrada previamente delimitado reduza o limiar de acesso sem descaracterizar o método é consistente com os princípios da psicologia analítica e merece investigação. Sua plausibilidade teórica, contudo, não equivale a demonstração, e a distância entre uma e outra só se vence

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

por pesquisa conduzida com os recursos metodológicos e as salvaguardas éticas correspondentes.

A terceira é clínica, e é a que o artigo considera mais consequente. Todo ganho de acessibilidade em procedimentos que mobilizam conteúdos autônomos deve ser acompanhado do reforço, e não do relaxamento, das condições de indicação e de enquadre. A advertência de Jung quanto ao fato de que o método não convém a todos não é cautela de época a ser superada pelo refinamento técnico: é reconhecimento de que a mesma operação produz integração ou invasão conforme as condições em que se dê. Um roteiro que torne o procedimento mais fácil de executar torna também mais fácil executá-lo onde não deveria sê-lo, e essa assimetria recomenda que a explicitação das contraindicações acompanhe a difusão do método com o mesmo cuidado com que se descreve sua eficácia pretendida.

Resta, como agenda, o trabalho de operacionalização. Entre a riqueza descritiva do vocabulário junguiano e as exigências da verificação empírica há uma distância que não se vence por analogia. Estabelecer o que, na integração da sombra, é passível de medida, e o que permanece irredutivelmente qualitativo, é tarefa menos vistosa do que a proposição de novos métodos — e é a condição para que tais proposições possam, um dia, ser avaliadas por outro critério que não a convicção de quem as formula.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. A revista não dispõe de declaração do autor; o manuscrito, do acervo, foi recebido pela direção anterior, que não a solicitava.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

CHODOROW, J. (Org.). *Jung on active imagination*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

HILLMAN, J. *Re-vendo a psicologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

JOHNSON, R. A. *Inner work*: using dreams and active imagination for personal growth. San Francisco: Harper & Row, 1986.

JUNG, C. G. *A natureza da psique*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a. (Obras completas, v. 8/2).

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b. (Obras completas, v. 9/1).

JUNG, C. G. *A prática da psicoterapia*: contribuições para os problemas da psicoterapia e para a psicologia da transferência. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2011c. (Obras completas, v. 16/1).

JUNG, C. G. *Mysterium coniunctionis*: pesquisas sobre a separação e a composição dos opostos psíquicos na alquimia. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a. (Obras completas, v. 14).

JUNG, C. G. *O livro vermelho*: Liber novus. Edição de Sonu Shamdasani. Petrópolis: Vozes, 2013b.

JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. Tradução de Dora Ferreira da Silva. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Obras completas, v. 7/2).

JUNG, C. G. *Memórias, sonhos, reflexões*. Compilado por Aniela Jaffé. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

MASLOW, A. H. *Motivation and personality*. 2nd ed. New York: Harper & Row, 1970.

NANTE, B. *O Livro Vermelho de Jung*: chaves para a compreensão de uma obra inexplicável. Petrópolis: Vozes, 2023.

STEIN, M. *Jung*: o mapa da alma — uma introdução. São Paulo: Cultrix, 2006.

STEIN, M. *Jung e o caminho da individuação*: uma introdução concisa. São Paulo: Cultrix, 2020.

STEIN, M. *Os quatro pilares da psicanálise junguiana*: individuação, relacionamento analítico, sonhos, imaginação ativa. São Paulo: Cultrix, 2023.

VON FRANZ, M.-L. *A sombra e o mal nos contos de fada*. São Paulo: Paulus, 2002.

ZWEIG, C.; ABRAMS, J. (Org.). *Ao encontro da sombra*: o potencial oculto do lado escuro da natureza humana. São Paulo: Cultrix, 2022.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

COMO CITAR

ANTUNES, A. Imaginação ativa e a sombra pessoal: acesso ao inconsciente, integração e condições de enquadre. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 12-18, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.